



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20XX - DERACRE

PREGÃO ELETRÔNICA POR SRPNº XXX/20XX - COMPRASGOV Nº XXXXX/20XX - DERACRE

UNIDADE GESTORA: [_____]

	CONTRATO DE [OBJETO] QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE E A [NOME DA EMPRESA].
--	--

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [EMPRESA OU CONSÓRCIO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico por SRP nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a [colocar o objeto], conforme as especificações técnicas e condições descritas no termo de referência e demais anexos que integram este instrumento contratual.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. O presente contrato vincula-se ao **Edital do Pregão Eletrônico SRP nº [XXX/ANO] e seus anexos**, à **proposta apresentada pelo licitante vencedor**, os quais integram este instrumento como anexos, para todos os fins de direito.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS

3.1. O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à execução de obras públicas e contratos administrativos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

3.2. As partes concordam que, na hipótese de omissões ou lacunas neste contrato, ou em situações não previstas expressamente nas disposições aqui contidas, será aplicada a legislação vigente no Brasil, incluindo as normas específicas do Estado do Acre, de forma a suprir as omissões e garantir a plena execução e cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

3.3. As partes comprometem-se a ajustar suas ações, sempre que necessário, para garantir que todas as disposições contratuais estejam em conformidade com eventuais alterações legislativas ou regulamentares que venham a ser estabelecidas durante o período de vigência deste contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A execução do objeto será realizada sob o regime de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário, tendo em vista que o fornecimento ocorrerá sob demanda, com quantidade variáveis dos bens a serem adquiridos durante a vigência contratual, conforme a necessidade das unidades administrativas e operacionais do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE.

4.2. Todos os bens objeto do contrato deverá ser entregue, ativados e configurados para seu pleno uso nas condições exigidas no presente instrumento;

4.3. O fornecimento deverá ocorrer sob forma parcelada, conforme definido no Termo de Referência, com a contratada sendo responsável por todo o processo logístico até o recebimento definitivo, incluindo transporte, embalagem, integridade dos itens e, quando aplicável, orientação básica de uso ou disponibilização de manual técnico em língua portuguesa.

4.4. A Contratada deverá manter atualizados os dados dos contatos, telefones e e-mails dos responsáveis pela execução dos serviços, além de dados de um Gerente, para casos de emergência;

4.5. A Contratada deverá entregar os bens relacionados de forma devidamente protegida e acondicionada, para evitar danos em seu transporte ou manuseio;

4.6. A Contratada deverá entregar em conjunto com os bens que compõem a solução toda a documentação original, completa e atualizada, em formato físico ou digital, contendo os manuais e guias de instalação e uso;

4.7. Qualquer problema na entrega, configuração e ativação dos bens deverá ser reportado imediatamente ao Contratante;

4.8. O preço proposto para este fornecimento deve englobar os valores relativos a impostos, fretes, seguros, salários, encargos e demais despesas necessárias ao fornecimento completo do objeto

4.9. Observando o disposto no artigo 140, II da Lei nº 14.133/2021, os materiais (objetos) deste termo serão recebidos:

4.9.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

4.9.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 03 (três) dias, contados a partir do recebimento provisório.

4.9.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor.

4.10. **Garantia do Produto:**

4.10.1. Os materiais deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, e/ou fadiga do material empregado, incluindo substituição do produto, peças e mecanismos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, nas condições dos respectivos fabricantes, devendo a empresa fornecedora substituí-los, por sua conta e no prazo de 10 (dez) dias corridos, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular adequado, nas condições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor;

4.10.2. O prazo de garantia dever ser contado a partir do recebimento definitivo dos materiais pela contratante.

4.10.3. As condições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

4.11. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

4.12. É necessário que seja mantido ao longo da execução dos serviços prestados a qualidade garantida na habilitação desta, bem como seus requisitos de habilitação, apresentando mensalmente as Certidões Negativas de: Débito Municipal, Débito Estadual (empresa e sócios), Débito Federal, Débito INSS, Débito FGTS, Guia da Previdência Social e Débitos Trabalhistas, no momento da entrega da Nota Fiscal.

4.13. Todas as despesas Diretas e Indiretas relativos à execução do objeto deste Termo de Referência, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

4.14. O presente contrato produzirá os resultados esperados por meio da aquisição gradual e planejada de equipamentos fotográficos, topográficos e insumos diversos, assegurando o suporte técnico-operacional necessário às atividades do DERACRE.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1. O valor global estimado para a execução da obra é de R\$ [valor por extenso], com base nos quantitativos e preços unitários definidos na proposta vencedora que integra este contrato.

Item	Descrição do Objeto	Marca	Unid. de Medida	Quant.	V. Unit.	V. Total



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

6. CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Da Liquidação:

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;

6.4.1. A data da emissão;

6.4.2. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.4.3. O período respectivo de execução do contrato;

6.4.4. O valor a pagar; e

6.4.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.7.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.7.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12. **Do Pagamento:**

6.12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.12.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

6.12.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.12.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.12.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.12.8. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS E DA PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO

- 8.1. Serão objeto de medição os materiais efetivamente entregues pela contratada, observadas as respectivas unidades de medida. A medição será realizada periodicamente conforme a entrega do objeto, garantindo uma avaliação contínua e regular do progresso dos trabalhos. A medição será materializada em documento denominado Boletim de Medição.
- 8.2. A medição utilizará como referência a proposta apresentada no processo licitatório, considerando as quantidades e os preços unitários estabelecidos no contrato. Eventuais ajustes, conhecidos como glosas, serão aplicados aos valores medidos quando houver discrepâncias ou não conformidades detectadas pela fiscalização.
- 8.3. As medições serão realizadas após entrega do objeto, após decorrido o prazo de recebimento provisório.
- 8.4. Para validação da medição, será necessária a apresentação e conferência dos seguintes documentos pela equipe de fiscalização:
- 8.4.1. Notas fiscais ou documento equivalente;
 - 8.4.2. Relatório fotográfico, preferencialmente georreferenciado;
 - 8.4.3. Termo de Recebimento Provisório, e
 - 8.4.4. Outros documento quando solicitados pela a fiscal do contrato
- 8.5. Todos os documentos apresentados devem ser assinados pelos responsáveis técnicos e conferidos pela equipe de fiscalização, assegurando a veracidade e a conformidade das informações reportadas. A fiscalização valida a execução dos serviços e materiais listados no **Boletim de Medição**, garantindo que tudo esteja conforme os critérios estabelecidos e os padrões de qualidade esperados.

9. CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS DE INÍCIO, CONCLUSÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

9.1. DA VIGÊNCIA

9.1.1. Os contratos oriundo das Atas de Registro de Preços terão sua vigência a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro do exercício em curso, em observância ao princípio da anualidade orçamentária.

9.2. DE EXECUÇÃO

9.2.1. O prazo de execução do contrato será o mesmo que o prazo de vigência do contrato, ou seja, enquanto o contrato estiver em vigor, as partes contratantes deverão cumprir as obrigações estabelecidas no instrumento contratual. Em caso de prorrogação da vigência, o prazo de execução será automaticamente prorrogado, desde que as condições e a necessidade de continuidade do fornecimento se mantenham.

9.3. DA EFICÁCIA

9.3.1. A eficácia do contrato dependerá da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Para que o contrato e seus aditamentos produzam efeitos legais, é imprescindível que sejam publicados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de sua assinatura.

9.3.2. A publicação no PNCP é condição essencial para garantir a transparência e a publicidade dos contratos administrativos, permitindo que qualquer interessado tenha acesso ao conteúdo do contrato e aos termos de seus aditamentos. A falta de publicação no prazo legal implicará na ineficácia do contrato e na impossibilidade de sua execução, conforme determina a legislação vigente.

9.4. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.5. A entrega dos bens estará condicionada à emissão de Ordem de Fornecimento assinada por representante formalmente designado pela Contratante.

9.5.1. **Prazo de Entrega:** Todos os itens devem ser entregues no prazo máximo de 21 (vinte e um) dias após a assinatura do contrato.

9.5.2. **Local de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado do DERACRE, no endereço na Rodovia AC 405, KM 14, Bairro do DERACRE, CEP 69980-000 ou de acordo com solicitação do DERACRE, de forma parcelada conforme autorização do setor competente, observando-se as condições deste Termo para a entrega, devidamente embalados para evitar danos durante o transporte.

9.6. A entrega dos materiais incluirá a realização de entrega técnica aos fiscais e gestores designados, conduzida por profissional da Contratada tecnicamente habilitado, com o objetivo de apresentar os aspectos operacionais, funcionais e de manutenção preventiva dos bens adquiridos.

9.7. Todos os bens objeto do contrato deverá ser entregue, ativados e configurados para seu pleno uso nas condições exigidas no presente instrumento;

9.8. A Contratada deverá manter atualizados os dados dos contatos, telefones e e-mails dos responsáveis pela execução dos serviços, além de dados de um Gerente, para casos de emergência;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 9.9. A Contratada deverá entregar os bens relacionados de forma devidamente protegida e acondicionada, para evitar danos em seu transporte ou manuseio;
- 9.10. A Contratada deverá entregar em conjunto com os bens que compõem a solução toda a documentação original, completa e atualizada, em formato físico ou digital, contendo os manuais e guias de instalação e uso;
- 9.11. Qualquer problema na entrega, configuração e ativação dos bens deverá ser reportado imediatamente ao Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRÉDITO, CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DERACRE, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/unidade: [...];
 - II - Fonte de recursos: [...];
 - III - Programa de trabalho: [...];
 - IV - Elemento de despesa: [...]; e
 - V - Categoria Econômica: [...];
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MATRIZ DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)

- 11.1. Não se aplica a esta contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 12.1. O contratado poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência de evento superveniente ou reconhecido pela legislação como apto a gerar desequilíbrio.
- 12.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído, para analisar e responder à solicitação do contratado.
- 12.3. Caso a Administração identifique a necessidade de complementação da documentação ou de esclarecimentos adicionais por parte do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a partir da data de recebimento da documentação complementar ou dos esclarecimentos solicitados.
- 12.4. A resposta ao pedido poderá resultar em:
- a) Deferimento do pedido e formalização de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

b) Indeferimento do pedido, com justificativa formal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigido garantia contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO

14.1. Garantia do Produto:

14.1.1. Os materiais deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, e/ou fadiga do material empregado, incluindo substituição do produto, peças e mecanismos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, nas condições dos respectivos fabricantes, devendo a empresa fornecedora substituí-los, por sua conta e no prazo de 10 (dez) dias corridos, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular adequado, nas condições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor;

14.1.2. O prazo de garantia dever ser contado a partir do recebimento definitivo dos materiais pela contratante.

14.1.3. As condições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

14.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

14.3. É necessário que seja mantido ao longo da execução dos serviços prestados a qualidade garantida na habilitação desta, bem como seus requisitos de habilitação, apresentando mensalmente as Certidões Negativas de: Débito Municipal, Débito Estadual (empresa e sócios), Débito Federal, Débito INSS, Débito FGTS, Guia da Previdência Social e Débitos Trabalhistas, no momento da entrega da Nota Fiscal.

14.4. Todas as despesas Diretas e Indiretas relativos à execução do objeto deste Termo de Referência, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

14.5. Identificados vícios, defeitos ou incorreções no objeto, o contratado obriga-se a realizar, às suas expensas, as reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações do Contratante:

15.1.1. Assegurar que o contratado atenda a todas as condições estabelecidas, incluindo prazos, qualidade e especificações técnicas do objeto contratado.

15.1.2. Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços ou fornecimentos, garantindo conformidade com o estabelecido.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 15.1.3. Impor penalidades previstas, como multas, advertências ou até mesmo a rescisão contratual, em caso de descumprimento contratual.
- 15.1.4. Modificar o contrato por razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e respeitados os direitos do contratado.
- 15.1.5. Exigir do contratado garantias de fiel cumprimento das obrigações, como cauções, seguros ou fianças, conforme previsto no edital ou contrato.
- 15.1.6. Solicitar ao contratado documentos fiscais, trabalhistas e outros que comprovem a regularidade e a correta execução do contrato.
- 15.1.7. Encerrar o contrato em casos específicos previstos em lei, como inadimplemento do contratado, desde que observados os procedimentos legais e garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 15.1.8. Ajustar os valores contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, diante de variações nos custos.
- 15.1.9. Substituir o contratado em situações de inadimplemento ou descumprimento das obrigações, conforme as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.
- 15.1.10. Proteger dados sensíveis ou confidenciais obtidos durante a execução do contrato, garantindo que não sejam divulgados sem autorização, salvo por exigência legal.
- 15.1.11. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado, conforme os valores e prazos estabelecidos no contrato.
- 15.1.12. Disponibilizar ao contratado todas as informações e documentos necessários para a correta execução do objeto contratado.
- 15.1.13. Assegurar que o ambiente e os recursos fornecidos ao contratado sejam apropriados para a execução das atividades, respeitando as normas de segurança e saúde no trabalho.
- 15.1.14. Informar ao contratado sobre quaisquer mudanças que possam impactar a execução do contrato, como alterações no cronograma ou especificações.
- 15.1.15. Colaborar com o contratado, fornecendo suporte e facilitando o acesso a informações ou recursos necessários para a boa execução do contrato.
- 15.1.16. Assegurar que todas as normas trabalhistas sejam cumpridas, evitando qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por encargos trabalhistas do contratado.
- 15.1.17. Garantir que o contratado mantenha em dia suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, evitando riscos para a administração pública.
- 15.1.18. Permitir que o contratado seja fiscalizado pelos órgãos competentes, fornecendo acesso aos documentos e informações necessários para a auditoria e controle.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 15.1.19. Conduzir todas as etapas do contrato com clareza e honestidade, garantindo a publicidade dos atos administrativos.
- 15.1.20. Assegurar que o contrato seja executado de forma justa, evitando onerar excessivamente o contratado ou prejudicar o interesse público.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADO

- 16.1. Garantia de remuneração conforme os termos estabelecidos no contrato, incluindo possíveis reajustes ou revisões de preço previstos legalmente.
- 16.2. Direito de pleitear ajustes no valor contratual em razão de variações econômicas ou custos imprevistos que impactem a execução do objeto, assegurando o equilíbrio financeiro do contrato.
- 16.3. Recebimento tempestivo de comunicações referentes a modificações no projeto, cronograma ou condições que influenciem na execução do contrato.
- 16.4. Possibilidade de delegar parte das atividades contratadas a terceiros, desde que haja autorização prévia e por escrito da contratante, conforme a legislação vigente.
- 16.5. Direito de informar à contratante sobre condições inadequadas que possam prejudicar a execução do contrato ou a segurança dos envolvidos.
- 16.6. Ser notificado sobre inspeções ou auditorias realizadas pela contratante, garantindo transparência e oportunidade de correção de eventuais não conformidades.
- 16.7. Solicitar ajustes no contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, caso ocorram eventos imprevisíveis ou de força maior que aumentem significativamente os custos de execução.
- 16.8. Direito de se manifestar e apresentar defesa antes da aplicação de penalidades, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 16.9. Garantia de ser ressarcido por danos causados pela contratante ou por terceiros, desde que não decorrentes de culpa do contratado.
- 16.10. Direito de obter cópias de documentos fiscais e contábeis relacionados à execução do contrato, para fins de comprovação e transparência.
- 16.11. Cumprir fielmente o objeto contratado, atendendo aos padrões de qualidade, quantidade e prazos estabelecidos.
- 16.12. Assegurar que todas as condições exigidas para a habilitação na licitação sejam mantidas durante toda a vigência do contrato.
- 16.13. Atender às legislações relativas a direitos trabalhistas, incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 16.14. Comunicar prontamente à contratante quaisquer dificuldades ou impedimentos que possam comprometer o andamento ou a qualidade dos serviços.
- 16.15. Adotar todas as medidas necessárias para assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, conforme as normas aplicáveis.
- 16.16. Implementar ações que minimizem impactos ambientais negativos durante a execução do contrato, em conformidade com a legislação ambiental, em especial:
- 16.16.1. Manter elevados padrões de qualidade, conforme especificado no contrato e nas normas técnicas pertinentes.
- 16.17. Responsabilizar-se por danos diretos ou indiretos causados à contratante em decorrência de ações ou omissões do contratado.
- 16.18. Proteger informações sensíveis obtidas durante a execução do contrato, não as divulgando sem autorização, salvo exigência legal.
- 16.19. Assumir as responsabilidades legais e financeiras decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de multas e indenizações.
- 16.20. Permitir o acompanhamento e a inspeção das atividades relacionadas ao contrato, fornecendo documentos e esclarecimentos solicitados.
- 16.21. Atender às prerrogativas legais que permitem à administração pública alterar unilateralmente o contrato, rescindi-lo ou aplicar sanções, visando ao interesse público.
- 16.22. Tomar medidas para evitar onerosidade excessiva, notificando a contratante sobre fatores que possam desequilibrar as condições inicialmente estabelecidas.
- 16.23. Executar o contrato com zelo, transparência e respeito aos princípios da administração pública, colaborando para o alcance dos objetivos estabelecidos.
- 16.24. Apresentar comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista sempre que solicitado, garantindo a conformidade com as obrigações legais.
- 16.25. Informar à contratante sobre mudanças significativas na estrutura ou composição do contratado que possam impactar a execução do contrato.
- 16.26. Respeitar os prazos definidos para a entrega do objeto, comunicando antecipadamente sobre possíveis atrasos e propondo soluções.
- 16.27. Apresentar garantias, como cauções ou seguros, que assegurem o cumprimento das obrigações contratuais e a reparação de possíveis danos à contratante.
- 16.28. Trabalhar em conjunto com os representantes da contratante, contribuindo para a eficiência e eficácia na execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 16.29. Finalizar as atividades contratadas dentro dos termos estabelecidos, participando de eventuais processos de avaliação ou auditoria pós-execução.
- 16.30. O não cumprimento de quaisquer dessas responsabilidades poderá acarretar a aplicação de sanções administrativas, incluindo multas, suspensão temporária de participação em licitações e até declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.
- 16.31. É obrigação contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 16.32. A obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 17.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 17.2.4. **Multa:**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 17.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.
- 17.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 17.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 17.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 17.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 17.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 17.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 17.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 17.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 17.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 17.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 17.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 18.1. A gestão contratual terá por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.
- 18.2. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- 18.2.1. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- 18.2.2. emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 18.2.3. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 18.2.4. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 18.2.5. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 18.2.6. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 18.2.7. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 18.2.8. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- 18.2.9. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 18.2.10. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 18.2.11. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 18.2.12. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 18.2.13. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 18.2.14. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 18.2.15. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 18.2.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 18.2.17. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- 18.2.18. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 18.2.19. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 18.2.20. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- 18.2.21. inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- 18.3. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 18.4. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.
- 18.5. Da Fiscalização
- 18.6. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- 18.6.1. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 18.6.2. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Decreto.
- 18.7. A função de fiscal de contrato deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
- 18.7.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- 18.7.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 18.7.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 18.7.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 18.7.5. informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 18.7.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- 18.7.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- 18.7.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 18.7.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 18.7.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 18.7.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 18.7.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 18.7.13. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- 18.7.14. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 18.7.15. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 18.7.16. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 18.7.17. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;
- 18.8. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.9. O representante da Administração Pública anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

18.11. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

18.12. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

18.13. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

18.14. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

18.15. a satisfação do público usuário.

18.16. O fiscal de contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

18.18. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.19. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

18.20. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico e critérios de medição

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

19.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

19.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

19.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

19.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.8.3. Das indenizações e multas.

19.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

19.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

19.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

19.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal, nos seguintes casos, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021:

I - **Unilateralmente pela Administração:**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

- a) Para modificação do projeto ou das especificações, visando à melhor adequação técnica aos objetivos do contrato;
- b) Para alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, respeitados os limites legais.

II - Por acordo entre as partes:

- a) Para substituição da garantia de execução, se conveniente;
- b) Para modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, diante de verificação técnica de sua necessidade;
- c) Para alteração da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação sem a correspondente execução do objeto;
- d) Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, desde que respeitada a matriz de riscos contratual.

20.2. As alterações de acréscimos ou supressões de obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, serão obrigatoriamente aceitas pelo contratado nas mesmas condições contratuais. No caso de reforma de edifícios ou equipamentos, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. O contratado será ressarcido pelos custos comprovados e monetariamente ajustados de materiais adquiridos e colocados no local da obra que sejam impactados por alterações contratuais.

20.4. As alterações unilaterais não poderão modificar o objeto contratado nem transfigurar as obrigações originalmente pactuadas.

20.5. Nos casos de contratações integradas ou semi-integradas, as alterações contratuais obedecerão aos limites e condições específicas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

20.6. A Administração poderá realizar alterações nos preços contratuais em decorrência de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais, ou em virtude de disposições legais supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

20.7. A formalização das alterações ocorrerá por meio de termo aditivo, salvo nas situações em que for admitida a simples apostila, como reajustes previstos no contrato, compensações financeiras, ou alterações na razão social do contratado.

20.8. Qualquer alteração que implique aumento ou diminuição de encargos ao contratado será acompanhada do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no mesmo termo aditivo.

20.9. A execução de prestações determinadas pela Administração, decorrentes de alterações contratuais, somente ocorrerá após a formalização do respectivo termo aditivo, exceto em casos de justificada necessidade de antecipação, com formalização posterior no prazo de até 30 (trinta) dias.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO LIVRE ACESSO

22.1. A Administração, por intermédio de seus servidores ou prepostos devidamente designados, terá livre acesso, a qualquer tempo, aos locais, documentos, informações e materiais relacionados à execução do objeto deste contrato, para fins de fiscalização, monitoramento e controle.

22.2. O contratado deverá disponibilizar toda a documentação, dados, registros e informações necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

22.3. O contratado deverá franquear o acesso às instalações, equipamentos e locais de execução dos serviços, fornecendo as condições adequadas para que a Administração possa realizar vistorias, inspeções ou auditorias.

22.4. O contratado deverá garantir plena transparência em relação à execução do objeto, facilitando o trabalho de fiscalização e monitoramento por parte da Administração.

22.5. O sigilo sobre informações confidenciais será respeitado, desde que não impeça ou dificulte a fiscalização pela Administração.

22.6. A negativa injustificada de acesso às informações, locais ou materiais necessários à fiscalização será considerada descumprimento contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

23.1. Compromisso com a Integridade

23.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

23.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade

23.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

23.3. Canal de Denúncias e Cooperação

A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

Viária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada. Os canais são:

- I - E-mail: deracregabinete@gmail.com / gabinete.deracre@ac.gov.br
- II - Telefone: (68) 3221-4080
- III - Endereço: Via Chico Mendes, 805, Vila DNER, Rio Branco/AC

23.4. Responsabilidade e Sanções

23.4.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, incluindo, sem prejuízo, a rescisão contratual, aplicação de multas, responsabilização nos termos da legislação vigente e eventual declaração de inidoneidade ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

24.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro do exercício em curso, em observância ao princípio da anualidade orçamentária, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, devidamente justificado.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO

25.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a eficácia deste contrato está condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura. Para aditivos contratuais, aplica-se o mesmo prazo.

25.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não exime a Administração da obrigação de realizar as publicações previstas em legislação específica, inclusive nos diários oficiais da União ou dos Estados, conforme a competência, em observância ao princípio da publicidade e à garantia da transparência dos atos administrativos.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000006/2026

Representante legal do CONTRATANTE
Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **GESSE ABREU MOURA**, em 11/02/2026, às 15:56, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP******* e código CRC *********